

REQUERIMENTO Nº , DE 2016

Solicita realização de Audiência Pública.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, XIII, cc art. 32, VI, “j”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a este Plenário a realização de Reuniões de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão com o objetivo de discutir o tema “*Atrasos na liberação de insumos e produtos sujeitos à Vigilância Sanitária em portos, aeroportos e fronteiras do território brasileiro*”.

Para tanto sugiro que sejam convidados:

- Presidente e Diretor de Gestão Institucional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, Sr. Jarbas Barbosa;
- Ministro de Estado da Indústria, Comércio e Serviços, Sr. Marcos Pereira;
- Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Sr. Dyogo Oliveira;
- Diretor Presidente da Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde – ABIIS, Sr. Carlos Eduardo Paula Leite Gouvêa.

JUSTIFICAÇÃO

Os problemas enfrentados para a liberação de insumos e produtos sujeitos à Vigilância Sanitária em portos, aeroportos e fronteiras do território brasileiro tem sido uma constante para diversos setores da economia. Com o passar dos anos, o quadro de pessoal da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, que realiza a fiscalização nestes recintos, tem diminuído sem que haja uma reposição adequada ao fluxo de mercadorias.

Embora o fato seja conhecido, inclusive pelas autoridades responsáveis pela fiscalização, pouco tem sido feito para solucionar o problema.

O atraso na análise, deferimento e liberação de mercadorias sujeitas à vigilância sanitária tem causado diversos transtornos não só para as empresas de vários segmentos, como também para o próprio SUS e a população, que necessita urgentemente destes produtos para o enfrentamento adequado das epidemias que assolam o Brasil, como a Dengue, Zika e Chikungunya. Além do impacto na saúde pública, há ainda o expressivo aumento no custo de armazenagem e multas por descumprimento nos contratos de licitações pela demora na entrega dos produtos.

As poucas medidas que se colocam para tratar o problema tem se mostrado ineficientes. Ações paliativas viabilizadas pela ANVISA, como o envio temporário de Força Tarefa para os principais aeroportos, não têm surtido efeito real e necessário, pois, não se voltam contra a causa raiz do problema.

Consideremos, por exemplo, o atraso na liberação de dispositivos médicos, medicamentos, insumos farmacêuticos. Há um reflexo imediato nos serviços de saúde pública brasileiros, como hospitais, clínicas, unidades básicas de saúde e unidades de pronto atendimento, que sofrem o desabastecimento destes produtos, prejudicando diretamente a população. Vale ressaltar que o adequado atendimento das necessidades do SUS é vital para que o Sistema salve vidas e cumpra com o seu papel constitucional.

Por isso, a referida Audiência Pública busca trazer elementos concretos da atual realidade, de modo que se possa, junto aos órgãos competentes, debater e propor políticas públicas no sentido de se resolver o problema.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputado **LAERCIO OLIVEIRA**
Solidariedade/SE